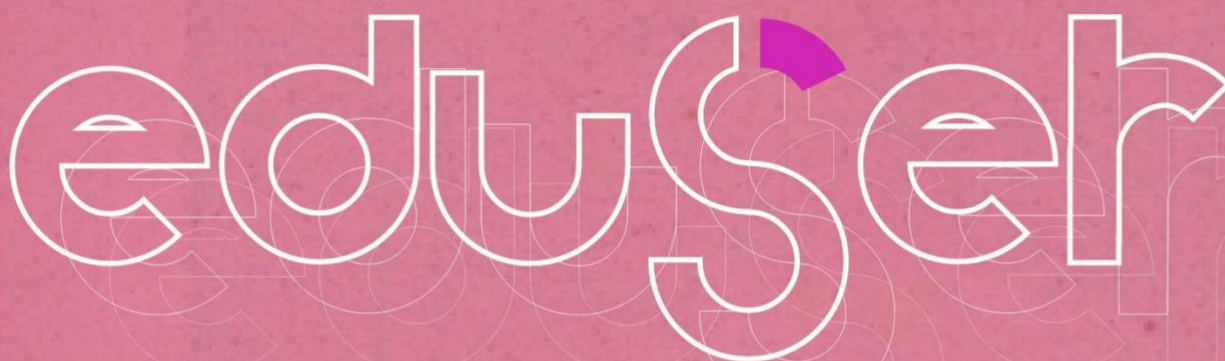




**Crítica aos fundamentalismos identitários:
Comentários ao “Eu Soberano” de
Roudinesco**

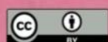
Criticism of identity fundamentalisms:
Comments to the “I Sovereign” from
Roudinesco

PEDRO DEMO

ISSN 1645-4774 | e-ISSN 2183-038X

<https://www.eduser.ipb.pt>

 **ipb** INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA
Escola Superior de Educação



Crítica aos fundamentalismos identitários: Comentários ao “Eu Soberano” de Roudinesco

Criticism of identity fundamentalisms: Comments to the “I Sovereign” from Roudinesco

PEDRO DEMO¹

¹ Universidade de Brasília, <https://orcid.org/0000-0002-5514-2781>, pedrodemo@gmail.com

RESUMO: Roudinesco, psicanalista francesa muito renomada, analisa identidades étnicas ou similares exacerbadas – daí a expressão provocativa “Eu Soberano” – que exigem uma autonomia já incapaz de conviver com outras autonomias. Postam-se como referência fundamentalista, no sentido de não admitirem contestação ou mesmo diálogo, impedindo a convivência em sociedade. A tese básica sugere que, para conviver em sociedade, é preciso não ser fundamentalista, ou seja, saber conviver com a diversidade, hoje um tema fundamental das democracias mais abertas. A França está no pano de fundo de uma experiência europeia iluminista que adotou a laicidade do Estado, as “Luzes” (Iluminismo) em termos científico-culturais, a democracia e a república. O livro ainda se alinha a algumas expectativas eurocêntricas supremacistas, como a de ser possível algum universalismo dos Direitos Humanos, enquanto hoje se defende que a validade só pode ser relativa, embora não relativista: dinâmicas históricas e evolucionárias valem sempre, mas de modo relativo, não por defeito, mas porque é seu modo próprio de valer. Enquanto é muito veemente e bem documentada a análise crítica da Autora das experiências fundamentalistas identitárias, notamos alguns resquícios colonialistas de uma civilização que gosta de ser pôr como modelo. Lutas identitárias fundamentalistas, ou mesmo terroristas, não são aceitáveis, mas não se pode esquecer que reagem ao colonialismo europeu e similar, que também precisa ser contestado.

PALAVRAS-CHAVE: Roudinesco; Fundamentalismo; Eu Soberano.

ABSTRACT: Roudinesco, a very renowned French psychoanalyst, analyzes exacerbated ethnic or similar identities – hence the provocative expression “I Sovereign” – that demands an autonomy that is already incapable of coexisting with other autonomies. They stand as a fundamentalist reference, in the sense of not admitting contestation or even dialogue, preventing coexistence in society. The basic thesis suggests that, in order to live in society, it is necessary not to be fundamentalist, that is, to know how to live with diversity, a current fundamental theme of the most open democracies. France is in the backdrop of an Enlightenment European experience that adopted the secularity of the State, the “Lights” (Enlightenment) in scientific-cultural terms, democracy, and the republic. The book still aligns with some supremacist Eurocentric expectations, such as that some universalism of Human Rights is possible, while today it is argued that validity can only be relative, although not relativistic: historical and evolutionary dynamics are always valid, but in a relative way, not by default, but because it is its own way of asserting itself. While the Author's critical analysis of fundamentalist identity experiences is very vehement and well documented, there are still some colonialist remnants of a civilization that likes to be used as a model. Fundamentalist, or even terrorist, identity struggles are not acceptable, but one cannot forget that they react to European colonialism and the like, which also needs to be challenged.

KEYWORDS: Roudinesque; Fundamentalism; I Sovereign.

1. Introdução

Roudinesco tem ascendência judaico-romena, mas nasceu em Paris e é francesa assumida. Aprecia ostensivamente o legado civilizatório francês (e europeu), cujos ícones maiores são as Luzes (Iluminismo), o progressismo, a civilização, a laicidade, o republicanismo etc., que facultam uma sociedade cosmopolita e vibrante, igual e diversa. O livro (Roudinesco, 2022) é uma análise contundente, detalhista e muito perspicaz, franca e psicanalítica, dos fundamentalismos identitários, hoje apropriados pela direita extremista, mas também por algumas esquerdas, que chegam a posições tão convulsionadas como do “antirracismo racizado”, recuperando o termo “raça”, abolido por eruditos franceses, em especial por Lévi-Strauss (2008), com pretensão de espicaçar tanto mais a condição subalterna racializada. Parecem incomodá-la visivelmente muitas críticas anticolonialistas que incluem a França neste pacote de rejeição, por entender que o legado civilizatório é importante demais para ser assim espezinado. Uma das maiores conquistas humanas teria sido “civilizar-se” (Elias, 2000. Pinker, 2011), no sentido de constituir sociedades e Estados (de Direito) nos quais é possível viver melhor, também conviver na diversidade, preferindo relacionamentos racionais a tribais violentos, instaurar democracias e repúblicas mais dignas e justas, lidar com a violência social deixando sua gestão com o Estado de Direito, e assim por diante. Incomoda-a em particular a proliferação doentia (psicanaliticamente) de pretensas identidades agônicas que respondem a excessos eurocêntricos, tipicamente colonizadores, com outros excessos identitários, que ela apanha na expressão criativa do “Eu Soberano” das identidades que giram em torno do próprio umbigo como centro do mundo. A psicanálise sabe, desde Freud pelo menos, que criticamos nos outros o que deveríamos, antes, criticar em nós (os defeitos dos outros são sobretudo os nossos). Muito atenta a isso, Roudinesco expõe as diatribes excitadas de identitários fanatizados que viram a mesa de tal forma que não temos mais nem mesa, postulando uma reviravolta da qual seriam os gênios da criação, emaranhada, porém, em lógicas também fundamentalistas muito contraditórias. Neste contexto, civilizar-se seria saber coexistir com a diversidade cultural, de modo recíproco e rival, como diria Rosa (2019), desafio que a Europa não conduziu satisfatoriamente, por entender civilização como supremacia. Enquanto Roudinesco não desconhece, em momento algum, os desmandos colonialistas europeus, até porque, como judia, arrola-se entre as vítimas da discriminação insistente e destrutiva de sua cultura, procurando, a seu modo, “salvar” patrimônios civilizatórios, também franceses, hoje tão aviltados. Deixa perceber que não aprecia contestações tão ostensivas como do “epistemicídio”, citando, entre outros, Santos (2019) (Roudinesco, 2022:276, nota 26), por onerar o legado europeu com uma pecha exacerbada que ignora esforços de crítica ao positivismo e ao racionalismo supremacista.

Neste texto busco realçar alguns argumentos de Roudinesco em sua crítica contundente aos fanatismos identitários, tão ignorantes quanto o colonialismo eurocêntrico, enquanto também tento indicar alguns possíveis reparos a seu estilo de análise fortemente afrancesado.

2. Patrimônios civilizatórios

A Autora valoriza claramente alguns patrimônios civilizatórios, tipicamente europeus e franceses. Um deles, sempre destacado, são as Luzes (Iluminismo), que parece ocupar um pináculo exemplar de civilização bem-sucedida, mesmo com excessos notórios do racionalismo cartesiano, por exemplo. Em seu contexto está também a ciência, filha predileta desta civilização, que trouxe em seu bojo decorrências muito importantes de como organizar a sociedade, não mais pela religião somente, por autoridades incontestáveis (reis, papas, elites), mas por regimes democráticos e republicanos, do que a França, a despeito de rotas muito tortuosas e convulsionadas, ainda seria belo exemplar. Cita algumas vezes o progressismo, sem muita explicitação, indicando algum apreço pela possibilidade de a humanidade avançar em sua rota civilizatória, também econômica, embora o conceito de “progresso” possa ser contestado (Dupas, 2006) como faz hoje, entre nós, Krenak (2020; 2020a). Está preocupada com os retrocessos, com a volta à barbárie, a despeito de o termo “bárbaro” ser uma espada de dois gumes, se pensarmos que o colonialismo e racismo são/foram uma barbárie muito mais virulenta que os pretensos bárbaros colonizados ou escravizados. Este uso do termo persiste, como recentemente em livro sobre “educação ou barbárie” (Charlot, 2020), como se educação não pudesse ser a barbárie, tal qual entre nós (Demo & Silva, 2021). Sempre temos educadores que se prestam a civilizar os bárbaros, tomando como referência supremacista as maravilhas pedagógicas europeias.

Usa noções que vejo como excessivas e indicativas de um eurocentrismo acomodado, como relativismo cultural, ao lado de universalismo do gênero humano (Roudinesco, 2002:69), pois são termos que guardam

algum fundamentalismo. É estranho marcar culturas como relativistas, quando são relativas, ou seja, tratando-se de sua diversidade, ainda mais vista como riqueza humana, sua validade é tipicamente relativa, não relativista. Dinâmicas evolucionárias e sócio-históricas valem relativamente, não como defeito, mas como condição própria. Seres humanos têm validade relativa, seu modo próprio de valer. O relativismo coloca um extremismo inabitável: a sociedade onde tudo ou nada vale nunca existiu, nem o ser humano que vale tudo ou nada. Ao mesmo tempo, o universalismo, mesmo aplicado ao gênero humano, está mal posto, porque humanos não são referência universalista, já que são, a rigor, uma espécie entre os vivos, e não necessária, muito menos supremacista. Esta pretensão, contudo, ronda a obra da Autora, talvez porque não gostaria de ver conquistas como a democracia e a república, ou a laicidade do Estado, como périplos relativos, ou domésticos europeus. É também um resquício cartesiano que postula uma razão universal como sentido civilizatório, que hoje não consideramos mais, porque os humanos são complexos demais para serem reduzidos à razão definida em contexto europeu. Esta expectativa racionalista foi desconstruída por pesquisadores da economia comportamental, bem como da moral, entre eles: Ariely – acentuando a irracionalidade do comportamento humano, bem como a desonestidade como parte natural de qualquer honestidade (2010; 2012); Haidt – indicando o ímpeto “endireitador” de quem acha ter a verdade (2012); Kurzban – frisando a hipocrisia de quem se tem por isento de hipocrisia (todos são hipócritas, menos eu!) (2010).

Assim, “a civilização” ou “as Luzes” não existem. Existem no plural, datadas e localizadas, sendo recíprocas e rivais, como qualquer relacionamento em sociedade. Roudinesco procede de modo pertinente ao reclamar que, mesmo com todos os desmandos colonialistas e racistas europeus, os patrimônios civilizatórios não são de se jogar fora, logo por quem age, em geral, tão incivilizadamente, como em táticas terroristas de ataque a culturas diversas. Embora a Autora faça críticas ao capitalismo (selvagem – p. 212), por ser fiador maior das maiores exclusões atuais que também alimentam fortemente reações identitárias extremistas, democracias liberais estão hoje na berlinda, com justa razão, não por razões atávicas superadas, como a saudade de socialismos reais colapsados, mas pelo fato de que nunca conseguiu ser inclusivo minimamente, como aparece na crítica frontal de Piketty (2020; 2022). De modo similar, “a ciência” não existe, pois o que existe são os cientistas, que imprimem na ciência sua relatividade e multiculturalidade, ou politicidade. Podemos ver em ciência o maior feito humano, como consta em Harari (2015), ao reconstruir a saga do “Sapiens”, embora este autor também trace a tragédia do “Homo deus” (2017), mas ciência é também “multicultural”, como propôs, para maior escândalo eurocêntrico positivista, Harding (198; 2015). A ciência pode ter validade universal em seus formalismos (lógica, matemática, gramática, algoritmos, códigos etc.), mas não em seus cientistas (Kuhn, 1975. Strevens, 2020), cuja validade é tipicamente relativa, tal qual aparece em suas teorizações: nenhuma é perene, final, completa, à revelia de pretensões eurocêntricas de uma “teoria de tudo” (ou final), como em Hawking (2006).

Relativizar as Luzes ou a ciência não acarreta relativismo, assim como a contestação feita pela ciência das religiões mostrou que cada religião é uma construção datada e localizada, não (para a ciência, não para a fé) eterna. Ao mostrar a relatividade dos saberes em sociedade e as prerrogativas do método científico, a ciência precisa ser coerente também: o saber científico, sendo um dos saberes possíveis em sociedade, é um deles, ou seja, tem validade relativa existencial, mesmo que tenha validade universal formal. Matemática vale universalmente, assim postulamos (há quem conteste também – Unger & Smolin, 2014), mas não os matemáticos. Cumpre distinguir então entre críticas desabridas iconoclastas, pejorativas, à ciência e outras que trabalham epistemologias alternativas que podem enriquecer muito a prática da ciência (Demo, 2021), enquanto se respeitam as referências formais. A Autora critica fortemente os Studies (do gênero, do sexo, do racismo, da diversidade, da colonialidade etc.), em geral em departamentos de ciências humanas e sociais, mormente na academia norte-americana, devotados a toda sorte de neologismos e invencionices pretensamente culturais, que, encantados com novidades teóricas e práticas, abriram as portas para infintas proliferações discursivas, também muito politizadas. Naturalmente, faz parte do patrimônio eurocêntrico uma ciência bem-comportada, positivista de raiz, objetiva e neutra, que hoje perdeu seu crédito, porque é impossível separar esta ciência das perversidades colonialistas e racistas. Este reconhecimento não implica jogar tudo fora, como Studies fundamentalistas pretendem, mas abrir a discussão para alternativas, que valem o quanto pesam. Reclama, com razão, dos exclusivismos epistemológicos imbecilizantes, como exigir que só negros podem analisar os negros, ou que só árabes entendem a cultura muçulmana, ou que não se estudam

mais autores brancos europeus, mas a noção eurocêntrica de que só europeus sabem ciência genuína não é menos exclusivista e excludente. Podemos reconhecer que a França é, entre os países “latinos”, o único que compete, em ciência, com os Estados Unidos e outros similares (Inglaterra, Alemanha etc.), mas isto não resulta em acatar alguma supremacia científica eurocêntrica, mesmo que as fúrias do “epistemicídio” possam ser extremistas ou mesmo contraditórias.

3. Encrenca da autorreferência

Psicanalistas, mais que outros, sabem (ou deveriam saber) que a autorreferência invade toda interpretação do Outro, porque não é possível analisar o Outro a partir do Outro, de fora. Seres vivos consideram o Outro a partir de si, com seus olhos, implicando um olhar direcionado e nisto muito limitado. Maturana, numa discussão memorável sobre Pedagogia do Amor (2002) fala do Outro legítimo (Demo, 2020), da necessidade de tomar o Outro a sério, como Outro pleno, não como reconstrução enviesada do analista apenas e à deriva, um grande desafio para quem quer estudar o Outro sem subalterná-lo. Esta dificuldade, em si natural, biológica, foi enorme para os europeus em relação com as outras culturas, tendencialmente vistas como primitivas ou pré-históricas, praticando um tipo de “cancelamento” hoje tão presente em fúrias identitárias. Primeiro, é impróprio esperar que os europeus vissem os Outros sem autorreferência: viram a partir da epistemologia europeia, também porque se cria ser a única válida. Segundo, no contexto da ciência, mesmo positivista, havia a possibilidade de crítica autocrítica, uma virtude que sempre esteve presente nas revisões das teorias e criatividades laboratoriais, desconstruindo a realidade e o discurso sobre a realidade. Alguns pontos altos dessa capacidade científica podem ser vistos na Escola de Frankfurt (Teoria Crítica), bem como nos desconstrucionistas pós-modernos, com os quais Roudinesco tem relação de rara profundidade (sobretudo com Derrida). Não cabe, então, assacar ao modernismo científico europeu uma cegueira obstinada colonialista, ainda que ela sempre estivesse presente no positivismo sobretudo. Os identitários críticos precisam aceitar que também agem de modo autorreferente: eles podem estar sendo mal interpretados, tanto quanto sua interpretação pode ser enviesada.

Acresce à encrenca da autorreferência, a politicidade do discurso, também científico, como frisou magistralmente Foucault (2000): discurso é um dispositivo do poder. Existe na Europa certamente a pretensão de que a comunicação humana pode ser verídica (apenas comunicar), como na teorização de Habermas (1989), mas não se sustenta em aportes sociológicos e epistemológicos, porque é inviável despolitizar a relação humana, a não ser como farsa. É a politicidade da comunicação que transforma uma cultura diversa em inferior ou superior, uma criatura diversa em subalterna ou supremacista. Coloco esta questão não só como crítica ao eurocentrismo, mas também como condição natural de todos os pesquisadores, o que sempre problematiza alguns xodós da pesquisa qualitativa como do intelectual orgânico, ou do mediador “objetivo”, porque facilmente “cancelam” o Outro, mesmo inconscientemente. O pesquisador não fala pelo pesquisado; analisa, interpreta, sob risco autorreferente e político. Assim como o profeta, ao dizer que fala em nome de Deus, inverte os papéis, colocando Deus como porta-voz, assim o pesquisador que se faz porta-voz dos pesquisados facilmente os detrai. A ciência ainda é maneira pertinente de falar do Outro, porque, em termos de método, pode interpor alguma distância, algum cuidado de não confundir os níveis de relacionamento, pode sempre retestar, recomençar, rever, para ver se não disse demais ou de menos. Não há solução para o problema, porque teríamos de mudar a biologia. Humanos não são solucionáveis; são evolucionáveis, de modo aberto, imprevisível também.

Não pretendo isentar a Europa, nem Roudinesco, mas reconhecer sua franqueza analítica, extremamente corajosa, o que já basta para eximi-la de positivismo ou objetivismo, também porque, sendo psicanalista, sabe que a relação humana está eivada de autorreferência e politicidade, e, não por acaso, cita frequentemente Foucault. Podemos, então, entender melhor o ponto de vista de Roudinesco, naturalmente datado e localizado: seu apego às Luzes, a certo universalismo europeu ou francês, ao relativismo cultural, bem como a reação forte crítica aos identitários iconoclastas, suicidas, petulantes. Sobretudo, não recusa discutir com qualquer ideologia, desde que não seja fundamentalista (com ideologia fundamentalista não dá para discutir).

Reencontramos o paradoxo da liberdade de expressão: livre a ponto de poder negar a liberdade de expressão! Ao fim, a prova da liberdade é seu abuso, muito mais que o bom uso. Tomemos o exemplo de fazer troça do Profeta (ou de Cristo, digamos). Cabe na liberdade de expressão, mas pode ser também um abuso,

porque, valendo a diversidade ao lado da igualdade, há quem preze o Profeta como ícone religioso maior de sua existência. Ele merece respeito, embora sempre se possa questionar qualquer fanatismo. É o mesmo contexto de rejeitar o terrorista, porque ele não admite conviver. Constitucionalmente, admite-se que a liberdade de expressão não poderia contrariar a Constituição: não é possível fazer apologia à ditadura. Os paradoxos são flagrantes, porque, quem ataca a democracia a título de liberdade de expressão, não aceita ser criticado por isso, o que também é contraditório. O problema parece ser a defesa de direitos absolutos, inviáveis em sociedades relativas. Não temos solução lógica para isso, porque a autorreferência contamina a interpretação, seja qual for, mas podemos ter negociações cabíveis, como é uma Constituição. Sua validade é apenas relativa, mas isto não a torna inválida; é seu modo relativo de valer. Validades universais são retóricas e herança de imperialismos passados, porquanto, não havendo humanos universais, não há como imaginá-los universalmente válidos. Não cabe, porém, o relativismo, pelo simples fato de que, em qualquer sociedade é inviável que tudo ou nada valha. Ninguém vive nos extremos, mas em algum ponto intermediário relativo.

4. “Eu Soberano”

Parte do debate está no desafio de compor sexo e gênero (a biologia, e a construção social; nature vs nurture) (Harris, 1998), um pano de fundo complexíssimo relativo à dissonância possível entre a anatomia real e a subjetividade do sujeito, com prevalência da subjetividade, em geral. Não reconhecer a biologia concreta é atitude possível, mas facilmente implica distúrbios severos, embora se possa aceitar que somos como nos sentimos, não apenas o corpo físico. No positivismo médico, a parte material biológica seria mais determinante que a subjetividade, já que esta é reduzida àquela, também para ser mensurável e diagnosticável. Os movimentos alternativos, porém, acentuam a construção psíquica ou social, pois consideram o modo de vida montado na sociedade ou contra ela muito mais significativo. Enfim, tudo se liquefaz e novas identidades emergiram, em particular a “homossexual” ou homoafetiva, que deixou de ser anomalia. Constata-se ostensivamente que os limites são ambíguos, como toda posição assumida. Pelo menos, algum lastro de sofrimento imposto por normatividades patriarcalistas e masculinas que se querem padrão foi diminuído ou suprimido, sobretudo com a adoção de casamentos homoafetivos. A mudança cirúrgica, porém, ainda é uma tentativa incerta, porque seria difícil substituir um processo biológico evolucionário demorado por uma prótese, assim como é difícil imaginar como um cérebro orgânico seja substituído pelo do computador.

Em si, mudar cirurgicamente o corpo é “relativamente” mais fácil; difícil é a transição, cujo destino ainda é um grande mistério, em geral deixando lastros de enorme sofrimento. A ciência prefere controlar o lado físico, por ser linear e mais facilmente diagnosticável. Mas o bem-estar das “vítimas” exige outras abordagens, que Roudinesco entende bem por ser psicanalista. A síndrome do “Eu Soberano” é a metáfora para indicar que o equilíbrio existencial não se encontra em posições soberanas, isolacionistas, ensimesmadas, mas na reconstrução relacional, já que, como diria Maturana, humano preciso de outro humano para viver. Um eu soberano facilmente se vitimiza e acaba fantasiando que é sozinho contra tudo e contra todos. Nature implica nurture, porque a vida é procriada na interação entre macho e fêmea, havendo na fêmea, como regra, forte ligação com a cria. São fenômenos que se superpõem, mas também se distinguem. Anatomia e gênero precisam ser compostos na vida concreta de cada qual, uma não substitui o outro e vice-versa. Ainda vemos a vida mecanicamente, esquecendo que parte dela é mecânica, na dimensão linear material, mas parte não é, na dimensão mental, psíquica, afetiva. A natureza engendrou esta tecnologia complexíssima em bilhões de anos. É sumamente ingênuo imaginar que uma cirurgia muda, como mágica, esta carga bilionária. Provavelmente, atitude mais adequada é organizar as duas dimensões, como temos no cérebro: uma base material essencial, embora instrumental, e a mente imaterial, não menos essencial. Não há como dispensar qualquer lado, nem achar que um software físico linear substitua a mente humana. O reconhecimento do casamento homoafetivo foi enorme conquista social, mas não muda a biologia, que, porém, evoluindo como sempre, pode adaptar-se a novidades ambientais do ponto de vista dela. Em evolução nada parece acabado, nem na anatomia, nem no gênero. Até ao momento, fizemos apenas remendos cirúrgicos que aliviam problemas, enquanto criam outros. Nada é imutável, a não ser a mudança...

Em parte, colhe-se o que se planta. O colonialismo não sai barato, deixa rastros danosos e destrutivos, dos quais levaremos tempo para nos livrar. Olhando pelo lado das vítimas, compreende-se facilmente sua revolta, por exemplo, contra o racismo endêmico nos Estados Unidos. Não é muito diferente na França, país com pretensões universalistas e supremacistas notórias. Hoje a França é coadjuvante na UE, algo que a magoa

profundamente, sobretudo em face da Alemanha que perde as Guerras, mas 10 anos depois, volta à liderança europeia, sobretudo econômica e financeira. Isto não impede de reconhecer que a França é o único país “latino” que compete, embora em escala bem menor, no mundo científico. Tem um mérito astronômico, embora este mérito ressurgisse facilmente como nostalgia da supremacia que não volta mais. É isso mesmo: quem defende a liberdade de expressão precisa haver-se com seus abusos, pois são inerentes. Na briga identitária, há pouca análise, muita ofensa. O retorno tão incisivo da direita extremada ao poder tem seu recado, também psicanalítico: o recalcado explode. Pedacos da elite se perderam pelo caminho, e, vendo-se ultrapassados por outras partes da sociedade, pedem a volta da ordem antiga, o que funda a perspectiva conservadora. Outras figuras emergem no cenário, sobretudo via mercado, também a terceirização de empresas, que afetou profundamente os americanos. Trabalhos terceirizados, também dos hispânicos clandestinos, passaram a ser vistos como roubos de uma sociedade que tinha chances cada vez menores de bem-estar. Foi um susto ver quanta gente é conservadora na sociedade, muitíssimo além do que se poderia supor. O supremacismo de fundo possivelmente é uma das molas mestras da reação violenta, não propriamente valores conservadores (família, religião, ordem, disciplina), o que repete uma constatação recorrente: as sociedades tendem a girar em torno da elite. Esta pode ser substituída, não abolida. Quando um pedaço desta elite cai, surge o ranço da exclusão num sistema onde não deveria ser possível esta turma cair. A própria sensibilidade afetada de estar por baixo, num contexto que assegura ser seu lugar em cima, leva a reclamar a atenção e o retorno dos bons tempos, contra todos os usurpadores, esquerdistas, acadêmicos, meritocratas, partidos mais à esquerda etc.

Identitários da extrema direita se orientam por valores calcados no supremacismo branco, em geral, também por pretensões civilizatórias ensimesmadas, que dificultam sumamente a convivência igualitária. Pode virar paranoia, quando o Outro é visto como invasor, pondo em risco a identidade. Roudinesco mostra em particular o lado paranoico da extrema direita, e, sendo judia, acentua também a saga terrível europeia do medo do judeu. Foi muito importante o reconhecimento de que não há “raças” humanas, apenas diversidade cultural, sendo esta a riqueza humana. A mistura das culturas é a graça do desenvolvimento humano, ocorrendo em alguns países como toque de criatividade reconhecida, como nos Estados Unidos. No entanto, neste país, persiste um segregacionismo racista endêmico até hoje, revelando que a mistura é seletiva: quando se trata de brancos ricos, também de acadêmicos distinguidos, a mistura é desejável; quando se trata da ralé global, não. Embora menos explorado, há uma questão forte relativa ao capitalismo global, que Piketty chama de hipercapitalismo (2022): sendo um sistema produtivo individualista e inspirado na seleção natural, produz multidões empobrecidas, também em países desenvolvidos (Estados Unidos como maior exemplo: o país mais rico com mais pobres) que podem se revoltar, com a marca atual de atingir esquerdas e direitas. Enquanto Trump declamava America First, exaltando a pretensão de povo eleito supremacista, manteve política anti-imigratória ferrenha, para indicar frontalmente quem poderia vir e quem não.

No entanto, a direita é parte da democracia, como as esquerdas. É inútil supor que a democracia se faz só pelas esquerdas, ou só pela direita, mas com ambas e tantas outras colorações possíveis, desde que não fundamentalistas. Parece estarmos perdendo o senso pela divergência ideológica sadia, sobretudo pela diversidade natural das sociedades que fazem bem em misturar-se. Parecem tempos das Cruzadas, quando se postulava estar a razão num lado, só num lado, também como questão de fé, levando a barbáries inimagináveis contra os Outros. A questão muçulmana é candente, por conta do terrorismo ocorrido recentemente, mormente pela especularização eloquente do ataque ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001. O evento tão inacreditável e provocativo mostrou também o outro lado da moeda: o combate terrorista ao terrorismo, evidenciado em “vazamentos” de arquivos de segurança, como de Snowden. Humanos convivem com grandes mentiras, e uma delas é que há civilizados e não civilizados!

5. Neocolonialismos (Educação)

Desafios da educação contemporânea não são foco principal de Roudinesco, mas acrescento aqui pela importância que tem para possíveis políticas de descolonização do desenvolvimento, algo muito relevante na obra de Piketty (2022a), citado acima e hoje o maior crítico do capitalismo, sem se alinhar aos socialismos reais falidos, nem ao hipercapitalismo neocolonialista, também falido. Faço aqui apenas uma menção inicial introdutória a alguns dos desafios que precisam de discussão exaustiva. A primeira perspectiva é o fracasso completo das políticas educacionais, públicas e privadas, porque não conseguiram superar o paradigma da

“reprodução” (Bourdieu & Passeron, 1975), na leitura althusseriana de Marx (Althusser, 1980), hoje vista como determinista. As políticas privadas (da escola privada, por exemplo) não conseguem ser minimamente inclusivas, porque seu signo é a seleção da clientela e a manutenção/exasperação dos já privilegiados. Mas esta pecha invade a escola pública a seu modo, como no caso brasileiro: na oferta pública, temos três níveis – municipal, estadual, federal – sendo que os dois primeiros abarcam a grande maioria (99%) e é típica “escola pobre para o pobre”, enquanto a escola federal, com cobertura por volta de 1%, é facilmente melhor que a escola privada e tem traços pequeno-burgueses flagrantes: seletiva, supremacista, colonialista. Observamos na Tabela 1 – cujos dados são certamente questionáveis, restritos apenas ao “aprendizado adequado” (o lado pedagógico, desvinculado das questões socioeconômicas de fundo, por exemplo) – que: i) o desempenho municipal e estadual é muito insuficiente, em especial o estadual, indicando uma escola estadual arcaica, sobretudo no EM, e, mais ainda, em matemática (6%!); ii) nos Anos Iniciais (AI – 5º ano) as cifras são muito baixas, sobretudo de matemática, para a média geral (47% - sequer metade aprende bem); esta cifra desce para 18% nos Anos Finais (AF – 9º ano), indicando que sequer um quinto dos estudantes aprende bem; no Ensino Médio (EM), as duas cifras (32% e 6%) divergem muito (mais de 5 vezes), escancarando um problema chocante em matemática – aprender é coisa raríssima; iii) a Tabela desvela o “efeito desaprendizagem” (aprende-se sempre menos enquanto se sobe nas etapas) (Demo & Silva, 2021), sobretudo em matemática, insinuando um sistema de ensino decadente, inepto; iv) no entanto, na escola federal, as cifras são feéricas, comparativamente e, em geral, melhores que na escola privada, também com menor efeito desaprendizagem; a cifra de 41% de matemática no EM é um vexame certamente, também na escola federal, mas está quase 7 vezes acima da cifra da escola estadual. Segundo o Censo Escolar (2021:59), o equipamento digital presente na escola federal é, quase na extensão inteira, superior ao da escola privada, na média nacional: enquanto as escolas estaduais e municipais sofrem restrições orçamentárias inclementes, a federal não parece ter o problema.

Tabela 1

Aprendizado adequado na Rede Pública – Brasil – Ideb 2019 (%).

Escolas		5º EF- Port.	5º EF- Mat.	9º EF- Port.	9º EF- Mat.	3º EM- Port.	3º EM- Mat.
Brasil	Total Escolas	57	47	36	18	34	7
	Municipais	55	45	33	17	50	14
	Estaduais	63	54	38	19	32	6
	Federais	85	82	78	72	75	41

Fonte: QEdu-2019.

Não se trata de propor a impropriedade da escola federal, muito menos de propor o cancelamento do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro, desde o Império), mas de lembrar que esta qualidade é direito de todos. Então, a escola pública de que os mais pobres precisam, existe, funciona, embora seja absurdamente seletiva, e, nisto, neocolonialista, como diria Piketty. A questão pode, então, ser abordada, não pela via da “escola sem partido”, porque fundamentalista, ainda mais ideologicamente atrelada, mas pela via da decolonialidade: superar padrões educacionais iníquos impostos à população marginalizada que, ao fim, a excluem ainda mais. Para equalizar oportunidades, não basta oferecer escola pública igual para todos. Se for “igual” na miséria, não sai da miséria. Precisa de qualidade elevada, a mais elevada possível, tal qual é a escola federal. Sabemos fazê-la; não sabemos redistribuí-la, porque continuamos em ambiente colonialista.

6. Considerações finais

A França não cessa de produzir pesquisadores incríveis, em penca, capazes de analisar eventos tão recentes, da hora, enquanto todos estamos perplexos sem saber aonde ir. Realcei aqui Roudinesco e, em menor proporção, Piketty. Muitos mitos estão caindo. Não vimos solução minimamente aceitável nem nas direitas, nem nas esquerdas, as primeiras pelo elitismo supremacista mórbido, as segundas pelo viés pequeno-burguês do Partido Único, da intelectualidade afetada das Luzes, do parasitismo institucional. Precisamos de

outras utopias, e talvez a França também não as tenha. A democracia liberal e a república, das quais a França é signo maior, cambaleiam, pela razão escancarada de que nem a elite mudaram. Não incluem as grandes maiorias, ao contrário. Há razão de sobra para se insurgir e os grupos identitários, mesmo alucinados muitas vezes, traduzem esta insatisfação existencial. Mostra isso que um dos traços mais profundos da vida é a rebeldia, porque, segundo muito biólogos, a vida é uma teimosia (Nurse, 2021. Newson & Richerson, 2021). Cada vez mais temos tecnologias que podem intervir profundamente na vida, embora não saibamos em que isto vai dar, um risco enorme. No entanto, está claro que tecnologias inventadas por humanos, sendo lineares, só mexem na parte linear, material, sequencial. A outra parte pede outras tecnologias, do espírito, da alma, que humanos não sabem inventar (pelo menos por enquanto), embora fantasiem, na ilógica do Homo deus, poderem se recriar!

Uma das mensagens mais pertinentes do livro é o apelo ao bom senso das identidades possíveis, de validade relativa, não absolutas, violentas, canceladoras, em nome da convivência saudável. Indica também que, sendo a diversidade a riqueza das sociedades, é ambígua: por ela entram a politicidade da relação humana, também sua autorreferência, virando uma disputa atropelada de egos insaciáveis. Vamos também entendendo que não nos resolvemos, porque humanos não se resolvem, redimem, salvam, em termos da ciência; apenas continuam evoluindo, na confluência complexa entre natureza e sociedade (cultura). Uma aventura tão interessante que Roudinesco vê em risco por conta de fundamentalismos tão ruidosos, quando destrutivos.

Referências

- Althusser, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Editorial Presença.
- Ariely, D. (2010). *A taste of irrationality: Sample chapters from predictably irrational and upside of irrationality*. Harper Collin.
- Ariely, D. (2012). *The honest truth about dishonesty: How we lie to everyone – Especially ourselves*. Amazon.
- Bourdieu, P.; Passeron, J. C. (1975). *A Reprodução - Elementos para uma teoria do sistema educativo*. Francisco Alves.
- Censo escolar. (2021). *Censo da Educação Básica 2020. Resumo Técnico*. Inep/MEC, Brasília - https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf
- Charlot, B. (2020). *Educação ou Barbárie – Uma escolha para a sociedade contemporânea*. Cortez.
- Demo, P.; Silva, R. A. (2021). *Efeito desaprendizagem na escola básica*. Amazon - <https://drive.google.com/file/d/1jnLdc4Eie3zY0eDbmfMrz6Kac17kVqj0/view>
- Demo, P. (2020). *Pedagogia do Amor* - <https://pedrodemo.blogspot.com/2020/08/ensaio-536-pedagogia-do-amor.html>
- Demo, P. (2021). *Pesquisa qualitativa precisa de fundamentos epistemológicos*. <https://pedrodemo.blogspot.com/2022/01/ensaio-771-pesquisa-qualitativa-precisa.html>
- Dupas, G. (2006). *O mito do progresso*. Editora UNESP.
- Elias, N. (2000). *The civilizing process: Sociogenetic and psychogenetic investigations*. Blackwell.
- Foucault, M. (2000). *A ordem do discurso*. Loyola.
- Habermas, J. (1989). *Consciência moral e agir comunicativo*. Tempo Brasileiro.
- Haidt, J. (2012). *The righteous mind: Why good people are divided by politics and religion*. Pantheon.
- Harari, Y. N. (2015). *Sapiens: A brief history of humankind*. Harper.
- Harari, Y. N. (2017). *Homo Deus – A brief history of tomorrow*. Harper.
- Harding, S. (1998). *Is science multicultural? Postcolonialisms, feminisms, and epistemologies*. Indiana University Press.
- Harding, S. (2015). *Objectivity and diversity: Another logic of scientific research*. U. of Chicago Press.
- Harris, J. R. (1998). *The nurture assumption – Why children turn out the way they do*. Simon & Schuster.
- Hawking, S. W. (2006). *The theory of everything: The origin and fate of the universe*. Phoenix Books.
- Krenak, A. (2020). *A vida não é útil*. Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2020a). *O amanhã não está à venda*. Companhia das Letras.
- Kuhn, T. S. (1975). *A estrutura das revoluções científicas*. Ed. Perspectiva.

- Kurzban, R. (2010). *Why Everyone (Else) is a hypocrite: Evolution and the modular mind*. Princeton University Press.
- Lévi-strauss, C. (2008). *Raça e História*. Editorial Presença.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2844023/mod_resource/content/1/L%C3%89VI-STRAUSS%20Claude_Ra%C3%A7a%20e%20hist%C3%B3ria.pdf
- Maturana, H. (2002). *Emoções e linguagem na educação e na política*. Ed. UFMG. Belo Horizonte – <http://fvcb.com.br/site/wp-content/uploads/2016/07/Emo%C3%A7%C3%B5es-e-Linguagem-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-e-na-Pol%C3%ADtica.pdf>
- Newson, L.; Richerson, P. (2021). *A story of us: A new look at human evolution*. Oxford U. Press.
- Nurse, P. (2021). *What is life? Five great ideas in biology*. W.W. Norton & Company.
- Piketty, T. (2020). *Capital and ideology*. Harvard U. Press.
- Piketty, T. (2022). *Time for socialism: Dispatches from a world on fire, 2016-2021*. Yale U. Press.
- Piketty, T. (2002a). *A brief history of equality*. Harvard U. Press.
- Pinker, S. (2011). *The better angels of our nature: Why violence has declined*. Viking Adult.
- Rosa, H. (2019). *Resonance: A sociology of our relationship to the world*. Polity.
- Roudinesco, E. (2022). *O Eu Soberano – Ensaio sobre as derivas identitárias*. Zahar.
- Santos, B. S. (2019). *O fim do império cognitivo – A afirmação das epistemologias do sul*. Autêntica.
- Stevens, M. (2020). *The knowledge machine: How irrationality created modern science*. Liveright.
- Unger, R. M.; Smolin, L. (2014). *The singular universe and the reality of time: A proposal in natural philosophy*. Cambridge U. Press.